



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS - TO
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

Gezele Aparecida Cardoso Silva

**Políticas Públicas e Igualdade de Gênero nos Cursos de
Licenciatura em Computação do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia (IFTO).**

COLINAS DO TOCANTINS-TO

2023



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS - TO
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

Gezele Aparecida Cardoso Silva

**Políticas Públicas e Igualdade de Gênero nos Cursos de
Licenciatura em Computação do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia (IFTO).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para integralização do
Curso de Graduação de Licenciatura em
Computação, orientado pela professora Esp.
Eliane Mittelstad Martins de Souza.

**Orientador(a): Esp. Eliane Mittelstad Martins
de Souza**

COLINAS DO TOCANTINS-TO

2023

Dedico este trabalho em especial ao meu amigo Dalmi de Azevedo, eterno em meu coração, à minha mãe Geane e a todos os demais familiares, aos meus amigos, pelo incentivo e acolhimento durante a minha vida acadêmica, sempre me apoiando em todos os momentos, para que isso fosse possível acontecer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado o dom da vida, me fortalecido para superar as dificuldades e me dado saúde para alcançar este objetivo;

A meus pais, Geane e Adeli por todos os ensinamentos passados a mim. Pela dedicação e apoio durante todas as etapas da minha vida, pois sem eles esse objetivo não teria sido concretizado;

As minhas amigas, Daniela e Celina por todo apoio durante cada passo que eu dei durante essa caminhada acadêmica, nunca desistiram de confiar em mim e em meu potencial, sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida;

Ao meu querido amigo Dalmi de Azevedo, que não está mais entre nós, mas que participou de todo início de minha trajetória acadêmica, sempre me apoiando e me ajudando;

Aos meus amigos e colegas de curso por sempre estarem ao meu lado me auxiliando e incentivando a não desistir;

A minha professora e orientadora Eliane que sempre esteve disposta a ajudar em todos os momentos que precisei, pelos puxões de orelha, e por acreditar em meu potencial para o desenvolvimento deste projeto;

A todos os meus ex professores e demais servidores do IFTO, que contribuíram direto e indiretamente para minha formação e meu crescimento profissional;

A todas as pessoas que de alguma forma ou de outra fizeram parte da minha vida acadêmica.

Muito Obrigado a todos de todo meu coração!

RESUMO

O crescimento da necessidade de mão de obra na área da tecnologia tem avanços significativos nos últimos anos, porém, mesmo com a falta de profissionais dessa área, as mulheres ainda têm pouco espaço para se inserirem nesse mercado de trabalho. De uma forma geral, ocupam apenas 20% das vagas disponíveis. Desta forma, a inclusão de mulheres no mercado de trabalho deve ser tratada com políticas públicas a partir de sua iniciação acadêmica em qualquer área tecnológica. Assim, este trabalho que segue inicia-se apresentando uma síntese da mulher e sua inserção no mercado tecnológico e educacional. Contextualiza a história e lutas de mulheres na busca de autonomia, fazendo uma análise para o enfrentamento de políticas públicas e gênero. Seguindo, parte para a análise das situações encontradas nos Projetos Pedagógicos de cada curso de licenciatura em computação do Instituto Federal do Tocantins. Seu objetivo é observar como tais cursos enxergam, buscam e realizam(ou não) as políticas públicas voltadas para mulheres e pessoas LGBTQIA+ a fim de evitar a evasão acadêmica e contribuir para a permanência desses estudantes no curso. Encontrou-se deficiências a serem melhoradas, como também possibilidades para alavancar o direito elencado na pesquisa. Com isto, vislumbra-se possibilidades de políticas públicas e ações pontuais que contribuam com a inclusão por meio da educação.

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Projetos Pedagógicos de Curso, Tecnologia e Educação.

SUMMARY

The growth in the need for labor in the area of technology has made significant advances in recent years, however, even with the lack of professionals in this area, women still have little space to enter this job market. In general, occupying only 20% of the available vacancies. In this way, the inclusion of women in the labor market must be treated with public policies from their academic initiation in any technological area. Thus, this work that follows begins by presenting a synthesis of women and their insertion in the technological and educational market, in addition to contextualizing the history and struggles of women in the search for autonomy, making an analysis for the confrontation of public policies and gender. Next, it analyzes the situations found in the Pedagogical Projects of each degree course in computing at the Instituto Federal do Tocantins. Its objective is to observe how such courses see, seek and carry out (or not) public policies aimed at women and LGBTQIA+ people in order to avoid academic evasion and contribute to the permanence of these students in the course. Deficiencies to be improved were found, as well as possibilities to leverage the right listed in the research. With this, possibilities for public policies and specific actions that contribute to inclusion through education are envisioned.

Keywords: Public Policies, Course Pedagogical Projects, Technology and Education.

LISTA DE SIGLAS

C&T - Ciência e Tecnologia

CONSUP - Conselho Superior

CSBC - Congresso da Sociedade Brasileira de Computação

EAFA - Escola Agrotécnica Federal de Araguatins

ETF - Escola Técnica Federal de Palmas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM - International Business Machines Corporation (Corporação Internacional de Máquinas de Negócios)

IF - Instituto Federal

IFTO - Instituto Federal do Tocantins

LCOMP - Licenciatura em Computação

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexuais+

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MIF - Mulheres em Idade Fértil

NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NASA - National Aeronautics and Space Administration (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço)

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

NEGES - Núcleo Educacional de Gênero e Sexualidade

PEE/TO - Plano Estadual de Educação do Tocantins

PES - Plano Estadual de Saúde

PL - Projeto de Lei

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SUS - Sistema Único de Saúde

TI - Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ENTRE HISTÓRIAS E LUTAS	14
1.1 Situando nossas lutas: contextualizando conceitos do feminismo	14
1.2 Mulheres na história da tecnologia da informação	19
1.3 A mulher na história da educação do Brasil	22
2. ENFRENTAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO	26
2.1. Conceituando política e políticas públicas	26
2.2 A relação gênero e mercado de trabalho.	28
2.3 Cultura, cultura escolar e conceito de inclusão escolar.	29
2.4 Aproximação com as políticas públicas relacionadas a gênero no estado do Tocantins.	31
3. Cursos de Licenciatura em Computação do Instituto Federal no estado do Tocantins e suas políticas públicas relacionadas a gênero .	34
4. DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE- RELAÇÕES ENTRE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Foi como mulher e considerando a participação de mulheres nas áreas tecnológicas que esse projeto de pesquisa iniciou e se propõe, agora, como resultado, em Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Computação. Seu intuito é refletir acerca de como é possível pensar na efetiva participação da mulher nesse campo, partindo de sua formação inicial (graduação), observando as conjunturas e as proposições realizadas para que elas consigam alcançar o que é seu em direito (mesmas condições de acesso, permanência e êxito na escolarização), o que significa observar as políticas públicas elaboradas e instituídas para tal, haja vista o seu não alcance no mercado de trabalho.

O trabalho aqui apresentado busca identificar as políticas públicas desenvolvidas no âmbito dos cursos da Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) relacionadas à questão de gênero visando a promoção de igualdade de gênero, de modo que seja possível pensar e refletir as questões de gênero instauradas no espaço de atuação do licenciado em computação. Procura-se, deste modo, introduzir a discussão do tema, para prospectar nortes para a inclusão da mulher na graduação de curso de TI e no mercado de trabalho.

A tecnologia é um dos setores que mais cresce atualmente no mundo, gerando vários empregos e oportunidades de crescimento empresarial. A demanda de profissionais formados na área da tecnologia da informação (TI) aumentou consideravelmente, sendo que grande parte das empresas no mercado possuem algum profissional nessa área, seja um analista de sistemas ou um técnico em informática. De acordo com Gustavo Caetano (2021)

Chegamos em 2021, o que já não era novidade no mercado, tornou-se ainda evidente: o setor de tecnologia é um dos que mais cresce nas empresas e com isso, a demanda por profissionais qualificados aumenta diariamente. O que era previsto há alguns anos, converteu-se em realidade: existem mais vagas no mercado de TI do que profissionais qualificados para ocupá-las.

Em tal campo de conhecimento se inserem os cursos de Licenciatura em Computação (LComp), posto que obedecem a Resolução Nº 5, de 16 de novembro de 2016. Indicando definições específicas para o egresso da LComp, a referida resolução assinala competências e habilidades comuns que propiciem a atuação no mercado de trabalho da TI. Coadunando com a análise em tela, segundo o levantamento de Souza (2021,p. 26), o incremento de cursos de Licenciatura em

Computação corroboram com a “ampliação da demanda pela formação de profissionais técnicos de informática”.

Apesar da procura por profissionais, cabe problematizar questões que provocam refletir as razões acerca da ausência da chamada “mão de obra qualificada” no mercado, mesmo que demonstrado incremento na abertura de cursos técnicos e superiores relacionados a TI, conforme destacado acima. Ainda maior pode ser a análise acerca da inclusão da pessoa com deficiência, social (entre outras) e, em específico, a de gênero, alvo deste trabalho, porquanto a área tem sido considerada predominantemente masculina.

Mesmo com um crescimento de mulheres atuando no mercado em geral e na área de TI, elas representam apenas 20% (vinte por cento) da força de trabalho (IBGE, 2017). Segundo pesquisas realizadas por Cabral et al.(2008), de 2001 a 2006 foram formados, em todo o País, cento e trinta e seis mil, oitocentos e trinta e oito profissionais, sendo que 25% eram mulheres e 75% homens. A evolução do tempo e das conquistas alcançadas pelos movimentos de representatividade da mulher ainda não impactaram em transformações dos dados anteriores, o que é demonstrado em pesquisas apresentadas em congressos técnico-científicos como o “Computer on the Beach” e o “Congresso da Sociedade Brasileira de Computação - CSBC), os quais, nos anos de 2020 a 2022 publicaram artigos com destaque ao tema.

Ao observar a pouca participação de mulheres em faculdades relacionadas a TI ou na atuação no mercado de trabalho, tem-se a impressão de que a área de TI sempre foi predominantemente masculina e que as mulheres estão se inserindo nessa área depois de um determinado tempo. Porém, desde os primórdios, seus feitos e participações estão invisibilizados e só foram reconhecidos muito depois. Ada Lovelace, por exemplo, escreveu o primeiro programa de computador do mundo em 1843. Só teve sua aceitação mais de um século depois, em 1979, quando o departamento de defesa dos Estados Unidos a homenageou nomeando um código de linguagem com o seu nome, “Ada”.

De acordo com Miranda e Mendes (2017)

Políticas de gênero e questionamentos relacionados ao número de mulheres que compõem o quadro funcional, seus cargos e salários vêm sendo colocados na ordem do dia para debates. Mesmo assim, as progressões ainda parecem acontecer lentamente. Um dos motivos para isso é o fato de que os critérios usados para determinar status ou

reconhecimento financeiro ainda são muitas vezes disfarçados de mérito, o que em geral privilegia homens, brancos, cisgênero e de classe média.

Seu questionamento é sobre quais políticas públicas são destacadas nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura em Computação do IFTO, além de como ocorrem suas construções e implementações com vistas à igualdade de gênero em tais cursos. Para isso, o texto inicia aproximando os conceitos internos à questão/lutas de gênero, tais como feminismo, patriarcado, papel social de gênero, importantes para a compreensão das resistências encontradas na atualidade e relevância das políticas públicas com destaque ao tema. Segue na busca por entender a história de mulheres e suas participações em momentos da tecnologia, refletindo como a sociedade evoluiu nas questões de gênero diante do mercado de trabalho. Incrementa-se uma aproximação com a história da mulher na educação/escolarização, posto ser alvo de uma Licenciatura, sendo pertinente sua compreensão, também, para os impactos no mundo do trabalho.

Um dos elementos levantados é de que a presença de poucas mulheres em algumas áreas de trabalho se dá na observação de que a sociedade ainda vive com pensamentos machistas e “tradicionais” em relação à função da mulher, estes que começam a ser construídos no início da infância refletindo no futuro das crianças. É comum, por exemplo, observar meninas ganhando presentes que indicam cuidados de casa, como fogãozinhos, panelinhas, bonecas, entre outros; enquanto meninos ganham carros, avião, ferramentas, etc.

No ambiente escolar também não é diferente. Para meninas são ofertados regras de etiquetas, costuras entre diversas coisas que são “apropriadas” para meninas, já para meninos, são ofertados esportes. A diferença de tratamento de gênero é herança cultural transmitida pela sociedade através do tempo, dos pais, escola, amigos e livros. Mulheres devem ser sentimentais, enquanto homens devem ser fortes sempre.

Aos poucos e graças a movimentos feministas, muitas mulheres conseguem atuar em áreas de trabalhos consideradas pela sociedade como uma área exclusiva para homens, como por exemplo, engenharia, agropecuária, arquitetura, mecânica e nas áreas tecnológicas. Dessa forma, o projeto tem como problema compreender quais são as políticas públicas desenvolvidas nos cursos da Licenciatura em Computação no IF do Estado do Tocantins relacionadas à questão de gênero com vista a promoção de igualdade de gênero.

As temáticas do uso da abordagem de igualdade de gênero na sociedade são de suma importância, visando não parar no tempo e sempre buscando evoluir o progresso social e democrático.

A discussão visa atingir cada vez mais pessoas e conscientizar que essa visão arcaica ficou no passado e para uma sociedade evoluída, precisamos tratar igualmente cada ser humano de acordo com sua formação ou seu conhecimento e não como apenas homens e mulheres.

Diante do quadro inicialmente instaurado, o projeto busca compreender como as políticas públicas desenvolvidas nos cursos de Licenciatura em Computação no IF do Estado do Tocantins relacionadas a questão de gênero refletem a promoção da igualdade de gênero para a inserção no mercado de trabalho relacionado à tecnologia da informação, em especial, nos licenciados em computação.

Nesta proposta, a pesquisa caracteriza-se como de natureza básica com objetivo exploratório. Conforme Gil (2002, p. 42), "estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses". Quanto aos procedimentos, apresenta-se como estudo bibliográfico e documental. Gil(2002, p. 44) trata esse procedimento em seu livro com bastante clareza. Para ele,

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

A pesquisa documental se complementa pelo estudo bibliográfico, cada um com objetivos específicos. Na pesquisa documental, buscou-se utilizar dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente. Em acordo com Gil (2002, p. 45), a pesquisa documental

[...]assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Demonstra-se como pesquisa qualitativa, pois o projeto visa pesquisar fenômenos sociais e do comportamento humano, conforme nos diz a autora Godoy (1995, p. 23), para a qual

[..]a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Abarca todos os câmpus do IFTO que ofertam o Curso de Licenciatura em Computação do IF no Estado do Tocantins, visando identificar as políticas públicas relacionadas a gênero desenvolvidas no âmbito dos Cursos de Licenciatura em Computação e relacionar os dados referentes aos projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Computação sob o quesito gênero.

Nesse intuito, o texto inicia, no primeiro capítulo, contextualizando conceitos necessários ao diálogo sobre o tema, bem como aspectos históricos relacionados à mulher no mercado de trabalho da tecnologia e na educação. Segue para o segundo capítulo estuda-se os conceitos de políticas públicas, bem como sua relação com o mercado de trabalho e a cultura, especialmente a cultura organizacional escolar, com vistas a entender como estes são interlocutores com suas formulações. O terceiro capítulo é dedicado aos Projetos Pedagógicos de Curso de Licenciatura em Computação do IFTO e documentos institucionais, buscando compreensão das políticas públicas relacionadas à gênero em seus interiores.

1. ENTRE HISTÓRIAS E LUTAS

Para iniciarmos este estudo, cumpre entender os caminhos históricos da mulher em sua constituição. Assim, busca-se contextualizar o conceito de feminismo e a história de mulheres na tecnologia e na educação. Tal se faz para avançarmos na compreensão de quais fundamentos, que ideologias sustentam o (des)lugar da mulher na sociedade atual.

O presente texto não consegue adentrar os meandros do tema “feminismo”, complexo em seus conceitos. Ainda assim, enquanto resultado de um Trabalho de Conclusão de curso, seu objeto, limitado, carece compreender fundamentalmente as lutas de movimentos de mulheres em prol de visibilidade, não apenas do seu trabalho, mas da própria existência.

Deste modo, pretende-se uma aproximação com conceitos introdutórios, posto que neles existem aprendizagens essenciais para entender os enfrentamentos de gênero e o estudo de políticas públicas relacionadas a gênero, alvo do estudo. Deste modo, a intenção não é o esgotamento de conceitos, mas a compreensão de elementos chaves, assim como de sua historicidade, interseccionada à educação e com consequências para o contexto contemporâneo.

1.1 Situando nossas lutas: contextualizando conceitos do feminismo

Os movimentos feministas foram aparecendo ao longo da história. Mulheres estavam em busca de seus espaços dentro da sociedade, lutando pela liberdade, muitas vezes, com suas vidas. No período conhecido como caça às bruxas, a igreja assassinou-as por não seguirem as ordens impostas pela religião, alegando que as mesmas mantinham práticas de feitiçarias. Esse período histórico se iniciou no século XV e pode ser considerado como um dos grandes genocídios contra mulheres.

Mesmo com todas ameaças à integridade física e à vida, várias mulheres lutaram contra o sistema imposto em suas épocas, como por exemplo Olympe de Gouges, que durante a revolução francesa buscava por direitos políticos, dignidade e direitos iguais entre homens e mulheres perante a sociedade. Por sua luta, Olympe foi condenada à guilhotina em 1793, acusada por questionar os valores atribuídos na época. Olympe de Gouges deixou como legado suas obras, que se espalharam pelo mundo, incentivando mulheres a buscar seus direitos. (IBIDEM)

No Brasil, a pioneira nas lutas feministas, Nísia Floresta, escreveu seu primeiro livro com apenas vinte e dois anos de idade. “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” é considerado por muitos pesquisadores como precursor, no Brasil, da luta feminista. Nísia defendia o direito igualitário, ressaltando a capacidade de liderança e desempenho em qualquer que seja a atividade na sociedade. Aos vinte e oito anos de idade, no ano de 1838, ela inaugurou uma escola apenas para meninas no Rio de Janeiro. (Cf. MENDONÇA; MARTINS, 2021)

Por feminismo entende-se um conjunto ou movimento social de mulheres que buscam por igualdade social e direitos iguais para homens e mulheres, visando combater o patriarcado, ou seja, buscam combater estruturas e relações culturais que favoreçam apenas homens, principalmente homens cis brancos heterossexuais. De acordo com Campos (2017)

O feminismo pode ser considerado ao mesmo tempo uma teoria crítica em permanente construção sobre a sociedade e as desigualdades de gênero nela existentes, por meio de diferentes visões e posicionamentos políticos, e um movimento político que, confrontando os sistemas de dominação, exploração e opressão das mulheres, reúne um conjunto de discursos e práticas na luta por direitos e transformações no que se refere à igualdade e à justiça social.

O feminismo tem sua importância ao longo da história na luta contra uma sociedade marcada pelo controle do homem sobre a mulher, buscando resolver questões sociais a partir de uma cultura machista. São diversos movimentos que se espalham pelo mundo contra a cultura do patriarcado.

O termo patriarcado é entendido como sistema de opressão contra mulheres, ou seja, o lugar de poder dado, sistemicamente, ao homem, colocando a mulher na posição de submissa. Apresenta-se uma cultura em que os espaços que poderiam (ou deveriam) ser ocupados por elas, com os mesmos direitos, são dominados por homens, nos quais as mulheres, sequer, têm direitos a tomadas de decisões de seus próprios corpos. (Cf. Campos, 2017)

Desta forma, o movimento feminista propõe igualdade entre todos os gêneros. Ao contrário do que algumas pessoas dizem, o movimento feminista não busca superioridade em relação aos homens, mas sim respeito e dignidade social e cultural.

Mesmo que não haja consenso, pode-se falar em ondas do feminismo. A primeira onda surgiu na Inglaterra no século XIX, na qual mulheres se reuniram para lutar exigindo seus direitos, como o direito ao voto. No Brasil essa onda se espalhou

por volta de 1910, com a luta também pelo sufrágio universal, direito conquistado apenas em 1932.

No século XIX os direitos das mulheres começaram a surgir de forma mais nítida, uma vez que muitas já faziam parte da força de trabalho empregada, ocupando o cenário industrial, inclusive na indústria têxtil. Muitas estavam incorporadas nas lutas trabalhistas, reivindicando seus direitos como trabalhadoras, inclusive em questões de opressão por gênero.(OLIVEIRA; CASSAB, 2014, p. 3)

Com o golpe militar, em 1964, diversos movimentos foram proibidos e perseguidos por realizarem manifestações, inclusive os movimentos feministas, vistos como moralmente perigosos. Na redemocratização, período pós ditadura militar, os movimentos feministas e sociais ganharam forças ganhando apoio internacional, pressionando o Estado a viabilizar políticas públicas. Uma conquista importante foram as criações das primeiras delegacias para mulheres em 1985, visualizando as diversas violências sofridas por mulheres.

Vale destacar a grande luta que as mulheres tiveram ao enfrentar tudo e todos, em busca de direitos mais justos e igualitários dentro de uma sociedade completamente conservadora e desigual, com forte distinção entre gênero. As mulheres eram vistas como participantes da classe burguesa, desorientadas, que “lutavam por lutar”, sem um objetivo concreto ou meta traçada a ser atingida, como se o fizessem por “hobbie”. (OLIVEIRA.CASSAB,2014, p. 4)

Mesmo em meio a impasses e deslegitimação dos movimentos feministas e reconhecendo muito para se alcançar em termos de igualdade de gênero, há que se considerar as transformações ocorridas nos últimos anos devido à tais lutas. Vale ressaltar que sua busca inclui direito de igualdade, melhores condições no mercado de trabalho e dignidade humana.

Entender o feminismo é determinante para a compreensão do conceito de “patriarcado”. Não sendo termo unânime dentro dos estudos feministas, faz-se necessário sua observação, posto que por meio dele pode ser entendida a elaboração e execução de políticas públicas (ou suas ausências) sob o prisma de gênero.

No campo dos estudos feministas, de acordo com Barreto(2004)

patriarcado pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura.

Conforme dito anteriormente, não há consenso em sua definição, pois o termo patriarcado é visto de formas diferentes em movimentos feministas de

distintas épocas. Além disso, também há confrontos teóricos que carecem de averiguação para compreendê-lo. Desta forma, indica-se o texto de Morgante e Nader (2014), “O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico”, o qual faz uma aproximação com os conflitos acima elencados. No trabalho que segue, partimos do conceito utilizado por Folter (2021), para o qual o patriarcado atual está ligado ao capitalismo. Segundo o autor,

O papel submisso da mulher frente ao homem rende frutos ao capitalismo, como, por exemplo, através dos ganhos gerados pela força não-remunerada das mulheres que se responsabilizam pelo cuidado do lar e a educação dos filhos. Da mesma forma, ao contar com um sistema econômico que diminui a mulher e que paga menos pelo trabalho feminino, o patriarcado ganha uma ferramenta mais para perpetuar a dominação do homem sobre a mulher.

A autora ainda ressalta que apesar das diversas mudanças social, econômica, política e tecnológica, o patriarcado e seus fundamentos de opressão e subordinação seguem vigentes. Mesmo com as mulheres ingressando no mercado de trabalho, a diferença de salários ainda é grande, cabendo mencionar, o fato que mesmo trabalhando fora, as tarefas domésticas e cuidados dos filhos sobressaem sobre as mulheres.

Deve-se adentrar em conceitos indispensáveis para entender o movimento feminista, um deles elencado anteriormente. Ao longo dos anos pessoas buscam seu lugar na sociedade, correndo atrás de seus direitos, assim como cumprem seus deveres como cidadãos. Não é de hoje que vemos uma luta crescente contra preconceitos e estigmas não aceitos pela sociedade.

Na hierarquia social, a heterossexualidade é vista como superior, sendo indicada a todos. Os que não seguem essa indicação do sistema são vistos como inferiores. São várias cartilhas a seguir para se alojar no “padrão” e ser aceito na sociedade majoritariamente heterossexual. Pessoas heterossexuais são aquelas que se relacionam com o sexo oposto ao seu, homens cis com mulher cis. Para Souza(2022) a heterossexualidade está inserida em uma série de relações de poder que procuram estabelecê-la como norma e punir aqueles que dela se desviam.

Há quem diga que a homossexualidade surgiu agora, contudo, existe desde os primórdios da humanidade. Seja em meio a filósofos, na Grécia antiga, ou na idade média, quando diversas mulheres foram levadas a fogueiras e forca acusadas de crimes contra a sociedade, entre anônimos e famosos, sempre estiveram presentes.

Com os debates cada vez mais ampliados no contemporâneo, apesar do tema ser complexo e dos preconceitos, é possível trazer os conceitos relacionados às discussões de gênero para compreensão da sociedade, especialmente a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, propagados de forma superficial e errônea por aqueles defensores do conservadorismo patriarcal, os quais trazem implicações para a presença/ausência de políticas públicas.

Melo e Sobreira (2018) orientam as definições que seguem. Para as autoras, diferente do conceito de sexo, que é biológico, a terminologia gênero possui múltiplas faces, pois abarca, para além do biológico, questões psicológicas e culturais. Enquanto sexo pode ser definido como “macho” ou “fêmea”, gênero independe do sexo biológico correspondendo a “masculino” ou “feminino”.

Identidade de gênero consiste na identificação (ou falta dela) que cada pessoa tem com seu corpo (sexo), ou seja, como nos reconhecemos sendo homens ou mulheres e até mesmo nenhum desses conceitos, uma pessoa não binário. Assim, existem indivíduos que nascem em corpos com determinado sexo, porém não se identificam como ele. Nomeia-se transgênero “homens ou mulheres que nasceram em determinado sexo biológico, mas que se identificam identitariamente e psicologicamente com o sexo oposto” e cisgêneros aqueles que “nascem em determinado sexo biológico e se identificam com as construções sociais que são correspondentes a tal gênero”. (GONÇALVES e GONÇALVES, 2021, p. 2)

Quando falamos sobre identidade de gênero, temos que deixar claro que é diferente de atração sexual pelo sexo oposto ou do mesmo sexo do indivíduo. A maneira como cada indivíduo se identifica ou se sente atraído por um outro, independente de sua identidade de gênero, ou até mesmo aqueles que não sentem atração sexual nenhuma, no caso os que se identificam como assexuais ou aromânticas.

A orientação sexual é o termo que substitui a expressão “opção sexual”. Após estudos e debates, ficou evidente que nenhum ser humano escolhe por quem vai sentir atração sexual. Ela nasce com seus desejos pré definidos, que vão se desenvolvendo de acordo com seu desenvolvimento hormonal. Algumas pessoas descobrem logo na adolescência, outras demoram para isso, sendo que a sociedade tem papel fundamental em colaborar com essa guarda emocional. (Melo; Sobreira, 2018)

Tais termos são relevantes para entender o impacto social, e a necessidade da construção de políticas públicas sob a noção de gênero. Tal nos leva ao caminho do alvo deste trabalho, a saber, à identificação da situação da mulher nos espaços da tecnologia e da educação, com vistas ao conhecimento das políticas públicas imbricadas pelas discussões de gênero, com foco nos cursos de Licenciatura em Computação do IFTO. É diante das discussões acima iniciadas que podemos compreender a (im)posição social da mulher (ou sua ausência) no contemporâneo, em especial nas áreas de conhecimento demarcadas pelo patriarcado, machismo e heteronormatividade.

Sendo difícil para uma mulher branca cis adentrar o mercado de trabalho e ganhar a mesma quantia que um colega homem, imagine quando se é uma mulher trans. Sem adentrarmos neste texto, ainda maior são os enfrentamentos de uma mulher transgênero negra. Vê-se explicitado quando a expectativa de vida de pessoas transgêneras é de trinta e cinco anos.

Tais situações levam a refletir sobre o lugar imposto à mulher no contemporâneo, cis ou transgênero, dando importância a validar as identidades de gêneros de qualquer ser humano. Toda pessoa que se identifica como mulher deve ser tratada e respeitada como tal e a lei, incluindo políticas públicas, deve favorecer tais cidadãos, diante da histórica sociedade patriarcal, e exclui a participação feminina dos espaços de direito público. Na atualidade, ainda tem-se a invalidação da mulher, incluindo a identidade das mulheres trans, mesmo com leis que visam a proteção de gênero (violência contra a mulher, salário igual entre gêneros, crime de transfobia).

Para as mulheres trans, são diversos casos de violência que as cercam, sejam verbais, tais como não às chamando pelo nome social e as tratando no pronome masculino, até mesmo em casos mais agressivos, quando acontece a violência física, onde são agredidas por não seguirem os “ideais” de uma sociedade transfóbica. São invisibilizadas dentro de casa, em escolas, ambientes de trabalho e infelizmente até em ambiente que deveria ser um local seguro e de proteção, como delegacias, e tribunais de justiça

1.2 Mulheres na história da tecnologia da informação

A participação feminina na área da tecnologia vem avançando. Mesmo que esse cenário ainda não seja favorável em questão de ocupações de cargos importantes dentro de empresas ou salários iguais a colegas de trabalho do sexo

masculino, cada vez mais vemos mulheres atuando e procurando seu espaço. Cumpre destacar a aprovação, no dia 3 de julho de 2023, do Projeto de Lei 111/23, que torna obrigatória a equiparação salarial entre homens e mulheres.

A relevância de políticas públicas como essa se demonstra em relatos como os das mulheres que seguem. A história da primeira mulher na área da computação avulta na década de 1843, Ada Augusta Byron King mais conhecida como Ada Lovelace, nome recebido devido à província em que morava.

Filha de Lord Byron (poeta) e Annabella Milbanke (matemática), Ada cresceu recebendo uma educação conforme o padrão para as mulheres da sua época. Destacou-se, contudo, na matemática, sendo aluna de Augustus de Morgan, cujas publicações têm relevância para a matemática atual, além de ter auxiliado outro matemático, Charles Babbage.

Com Babbage surge o que é considerado o primeiro algoritmo do mundo capaz de funcionar em máquina, escrito por Lovelace. O matemático carecia de uma tradutora para a obra em francês que o auxiliaria na construção da calculadora diferencial. Ada era a mais recomendada, por ser fluente na língua e também em matemática. Em sua tradução, incorpora em notas de rodapé explicações contendo descrições e sequências (algoritmos) para o funcionamento da máquina de Babbage.

Charles Babbage recebe as honrarias pela “proposta” de criação da sua máquina analítica, primeiro computador mecânico, apesar de não conseguir desenvolvê-lo por dificuldades financeiras e de recursos técnicos da época. Ada morreu aos 36 anos, jovem, e, mesmo de grande importância para o desenvolvimento tecnológico que hoje nos cerca, não foi reconhecida em vida. (Cf. IBALDO e SCHWANTES, 2017)

Outro exemplo de mulher na tentativa de suplantar estereótipos é Lynn Ann Conway. Nascida em janeiro de 1938, seu espaço como cientista da computação, engenharia elétrica e inventora foi negado a partir do momento que se identificou como mulher trans. Lynn ingressou na International Business Machines Corporation (IBM), uma empresa dos Estados Unidos voltada para a área de informática, na década de 60. É a inventora do escalonamento dinâmico de instruções (DIS), que permitiu que os computadores organizassem a forma como lidavam com comandos para que pudessem otimizar o fluxo de dados com eficiência.

Lynn Conway assumiu-se assumiu como mulher trans em 1968 aos seus superiores na empresa em que atuava. Os mesmos prometeram apoiá-la, mas, no meio de sua transição, foi demitida. Em outubro de 2020, 52 anos depois, a IBM realizou um evento para homenagear a vida e carreira de Lynn, ao qual deram o nome “pioneira tecnológica e pioneira transgênero”, para reconhecimento de erro no passado e pedido de desculpas oficialmente, reconhecendo seus feitos na empresa e na história da tecnologia. Tal passo é considerado significativo na busca de espaço para pessoas transgêneras no mercado de trabalho.

Além dessas histórias, no período da “corrida espacial”, três mulheres negras se destacaram e fizeram feitos que mudaram o mundo: Katherine Johnson, Mary Jackson e Dorothy Vaughan. Porém, para alcançá-los, tiveram que passar por obstáculos raciais e de gênero.

Katherine Johnson formada em matemática, começou sua carreira na NASA em 1952 tendo como sua orientadora Vaughan. Johnson foi responsável pela análise e cálculo da trajetória do primeiro americano no espaço, além de revisar os cálculos dos computadores eletrônicos que permitiriam a volta de John Glenn em segurança a terra firme. Também contribuiu para a chegada do homem à lua.

Mary Jackson foi a primeira mulher negra engenheira da NASA. No início de sua trajetória, atuava com a supervisão de Vaughan como “computador humano”, termo usado para mulheres geniais em cálculos matemáticos. Dois anos depois, passou a trabalhar com o engenheiro Kazimierz Czarnecki, que a incentivou a se tornar engenheira no programa, no projeto de Túnel de Pressão Supersônico,.

Mesmo com uma vasta experiência e seus diplomas, Jackson precisaria ter pós-graduação pela Universidade de Virgínia. Precisou entrar na justiça para conseguir estudar na Universidade, pois a mesma não aceitava alunos negros. Venceu a segregação nos tribunais. Após sua formação, se tornou a primeira mulher negra a ser engenheira da NASA.

Vaughan, se formou aos 19 anos em matemática e entrou para a NASA em 1943, onde se tornaria a primeira mulher negra supervisora. Vaughan decidiu aprender a programar após perceber que a ala das mulheres negras ia ser a primeira ala a ser cortada com a implementação das máquinas da IBM. Se especializou e implementou na NASA o sistema de linguagem Fortran. Ela também contribuiu no projeto do foguete Scout, que lançaria pequenos satélites na órbita.

Essas três mulheres têm em comum a inteligência e as barreiras que lhes foram impostas durante suas trajetórias. Primeiro, tendo que atuar na docência, a área mais comum para mulheres na época e, mesmo provando seus conhecimentos e valores, ainda assim, enfrentavam estereótipos de que mulheres, e principalmente negras, não poderiam atuar em áreas relevantes dentro da NASA ou qualquer outra empresa. (Cf. SALES, 2019)

1.3 A mulher na história da educação do Brasil

Refletir acerca da mulher na história da educação no/do Brasil é pertinente para o estudo em tela à medida em que a proposta se insere em um Curso de Licenciatura, bem como cabe destacar o paradoxo desse ponto no Curso de Licenciatura em Computação, posto a área da docência estar permeada pelo feminino, em confronto com a área da computação masculinizada. Deste modo, cumpre entender o espaço histórico da mulher na educação e suas consequências para as atuações no mercado de trabalho atual no campo de conhecimento computacional.

Faz-se necessário pensar a mulher na história da educação brasileira sob dois viés: como educada e como educadora. No período colonial, o acesso à educação, sendo precário a todos, privilegiava-se a elite branca e masculina, excluindo mulheres, dentre outros, do direito a serem alfabetizadas. Dada a tarefa de ensinar para realização da igreja, algumas podiam se alfabetizar nas catequeses.

Após a independência do Brasil, a lei de 1827, conhecida como Lei Geral, dava o direito às meninas frequentarem as escolas, com algumas restrições, como a separação de unidades para meninos e meninas. Para os rapazes se ensinava leitura, escrita, noções geométricas e operações matemáticas, sendo ampliado o estudo da história e geografia. Para as meninas, o enfoque estava nas aprendizagens básicas de leitura e matemática e em serviços domésticos.

Com a figura da mulher sendo destinada exclusivamente ao casamento, há que se pensar o destino daquelas que não se “adaptavam” às tradições da colônia. Morte/Assassinato, violências físicas e psicológicas, envio a reclusões, mudanças de cidades ou países, incluindo retorno à Portugal ou Europa. Nas épocas em tela, era possível/permitido encaminhar as solteiras ou desamparadas para casas de acolhimento ou conventos, lugar que se ensinava normas religiosas, ler, escrever e algumas noções matemáticas. Tais práticas não eram vistas como escolarização,

posto ser um procedimento considerado comum, necessário para os afazeres femininos, uma vez que a mulher era vista como um objeto a ser controlado. Cabe ressaltar que tais conventos emergem, no Brasil, por volta do século XVIII, cumprindo o papel de doutrinação religioso e controle médico da mulher. (RIBEIRO, 1997).

Complementando (ou desmistificando) o controle médico feminino, o século XVIII também assinala o desenvolvimento de manicômios no Brasil, sendo lugares de regulação daquelas não adequadas ao padrão patriarcal histórico colonial e/ou pós-colonial. Em um texto intitulado “Loucura feminina: doença ou transgressão social”, as autoras Machado e Caleiro (2008) nos levam a refletir as situações às quais as mulheres eram encaminhadas a conventos ou instituições psiquiátricas, tais como as que se referiam a conduta (virgindade, aparentar ter sido assediada, traição), feminilidade (resistência a padrões estereotipados, como desejar estudar, receber pagamento por serviços, vestimentas e desejos) e/ou maternidade (“inaptidão” para procriação). Além da própria existência do fato, também ocorria sua forja, que poderia acontecer pela vontade do homem (marido) desejar a separação e ficar com possível herança (pai e irmãos), por exemplo.

Conforme Arbex (2013), tais situações foram vivenciadas até a atualidade deste século,

...Aos quinze anos, Conceição foi mandada para o hospital, porque decidiu reivindicar do pai a mesma remuneração paga aos filhos machos. Embora trabalhasse como os irmãos na fazenda de Dores do Indaiá, município pouco povoado do centro-oeste das Gerais, a filha do fazendeiro não desfrutava dos mesmos direitos. Pela atitude de rebeldia da adolescente, o pai aplicou o castigo. Decidiu colocar Conceição no famigerado “trem de doido”, único no país que fazia viagens sem volta...

com destino ao Colônia, Centro Hospitalar Psiquiátrico, localizado no município de Barbacena, Minas Gerais.

As consequências de tais pensamentos podem ser observadas nos estudos de gênero relacionados à ciência e tecnologia (C&T). Conforme Soares (2001), é possível identificar dois argumentos históricos para a exclusão das mulheres em ciência e tecnologia: a) diferenças biológicas, cognitivas e de socialização; e b) estruturas organizacionais que não promovem o sucesso profissional de mulheres. Quanto às diferenças biológicas e cognitivas, a autora assinala que, mesmo refutado cientificamente, persiste o espólio que nomeia a mulher como inapta para a aprendizagem, ainda mais de algo tão complexo como ciências e tecnologias.

No que se refere à socialização, os papéis culturalmente determinados para cada sexo ainda permeiam a formação dos indivíduos, mesmo que com mudanças, as quais são pensadas, nesse trabalho, a partir da perspectiva de uma sociedade do capital, ou seja, que tem no mercado de trabalho um mote para os lugares sociais, incluindo os papéis de gênero. Tal condição de socialização impregnada por demarcações (também, porque não exclusivamente) do capital traz implicações para a cultura desenvolvida nas estruturas organizacionais, seja as instituições escolares (o que nos leva a observar o curso de Licenciatura em Computação), como o próprio mercado de trabalho (as consequências das ações realizadas nos cursos de licenciatura em computação para o mercado de trabalho).

É o que pode ser depreendido da contextualização da participação da mulher como profissional “professora”, “educadora”. No período colonial, atuar em escolas como professora era impensável, pois a função da mulher era se dedicar ao lar, à família e à igreja, sendo controladas pelos pais ou marido. A feminilização do magistério passa por análises diversas, incluindo, dentre elas a questão remuneratória pouco atraente ao sexo masculino, o qual deixa, progressivamente, às mulheres o dever de educar moralmente a sociedade, sendo esta uma “capacidade” feminina.

Em 1828, Benedita da Trindade e Lado de Cristo foi a primeira professora contratada para a província de São Paulo, primeira mulher a passar no concurso estipulado pela legislação vigente. Não seguindo as regras estipuladas pelo governo, Benedita ensinava de sua maneira, quebrando protocolos exigidos por lei e influenciando mulheres a seguir seus passos. De acordo com Hilsdorf (1996, p. 1),

A despeito do que dizia a lei, a mestra de São Paulo continuou ensinando o que queria (e também o que sabia?) às suas alunas. Em seu relatório às autoridades provinciais datado de janeiro de 1844, Benedita da Trindade detalha seu programa de ensino, o qual não refere os “trabalhos de mulheres”. Será que as alunas de Benedita foram influenciadas por essa atitude da mestra? Esse é um tema que precisa ainda ser desenvolvido e investigado tanto no aspecto da vida privada quanto no profissional, porque muitas delas se tornaram professoras.

A promoção da mulher como educadora se fortalece no ideal do liberalismo de que a mulher mantém plena capacidade de ministrar aulas a crianças, por ser “mulher” e ter mais experiências “naturais” como guias da infância. Com isso, homens passaram a cargos administrativos e mulheres a frequentar mais as salas de aulas, tanto como educandas, como educadoras. Mesmo com esse avanço para

as professoras, ainda existiam algumas restrições a seguir, como relata Telles (2014, p. 11),

Considerando as conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século XX, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, sob a mentalidade de mulher-mãe que deveria ser pura e assexuada, ainda estava presente. A mulher não deveria sair do lar, e caso assumisse algum trabalho deveria ser legítimo, como profissões ligadas a saúde e educação, tendo ainda que conciliar as atividades domésticas com as atividades fora do lar.

As transformações na forma e no interesse de educar foram tomando novos rumos na educação feminina brasileira, deixando de formar mulheres para servir a família, para formação de mulheres capacitadas para ingressar no mercado de trabalho, contudo, atendendo, ainda, o padrão do papel social da mulher/do feminino na sociedade patriarcal.

Nesse retrato, por meio da educação, do lugar da mulher brasileira historicamente, observa-se que ocupar espaços sociais (escolarização e mercado de trabalho) na atualidade requer entender as heranças e lutas que ainda marcam o ideário patriarcal. Revela-se, deste modo, a importância de políticas públicas que assegurem a igualdade de gênero em contextos de desigualdade, em busca da promoção da equidade social. Assim, cabe neste trabalho entender o que são políticas públicas e quais são aquelas relacionadas a gênero, em especial as elaboradas e desenvolvidas no âmbito da Licenciatura em Computação do IFTO, com vistas a tal objetivo.

2. ENFRENTAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO

Torna-se necessário analisar os contextos de políticas, políticas públicas, gênero e mercado de trabalho e a partir desse ponto contextualizar e ressaltar seu papel na sociedade. Assim sendo, deve-se observar quais grupos têm seus interesses atingidos pelas decisões e ações que as compõem. Não com o objetivo de classificá-las, mas sim no intuito de analisar seus conteúdos e de pensar sobre as mudanças nos aspectos sociais a partir da sua aplicação.

2.1. Conceituando política e políticas públicas

O primeiro passo para se avançar no conhecimento das políticas públicas realizadas no âmbito do Curso de Licenciatura em Computação do IFTO é suplantando o senso comum dos termos política e políticas públicas. Conforme o Dicionário Aurélio, política pode ser “um plano de ação” ou “um conjunto de normas e regras pertinentes à direção dos negócios públicos ou privados”.

Para Maar (2006, p.42), reconhecendo que este é um conceito com múltiplas significações e outros tantos elementos nela incluídos, necessários ao seu entendimento, é, sobretudo, uma atividade transformadora do real, da história. Transformação que se apresenta a um tempo, como resultado científico, previsível e calculável, e como fruto da imaginação criadora e ousada”. Remete a entender que o termo está para além da definição, se instaura como ato prático. Inicia-se o afastamento de qualquer expressão próxima a “eu não gosto de política”, posto que tal indica uma direção (uma ação prática) para o (do) pensamento privado, o que em si, é um ato político.

Um dos elementos que deve ser entendido para a compreensão do conceito de política é a sua possibilidade de existência apenas na convivência entre homens, sendo estes diversos. Arendt (1998) postula afirmações referentes a isso: “A política baseia-se na pluralidade dos homens” e “ A política trata da convivência entre diferentes”. Significa dizer que ela é ou ocorre quando os humanos se relacionam entre si, com suas diversidades (e divergências), tais que, na relação, transformam a existência ou a si.

Nesta definição se caminha para entender o surgimento de políticas públicas. Observado que a sociedade contemporânea tem como característica a diversidade social (seja econômica, idade, sexo, religião...), bem como de concepções, valores e interesses, o conflito seria inevitável, senão controlado pela coersão ou pela política. Reconhecendo a política como melhor alternativa ao

Estado, nas questões de divergência sobre temas relacionados ao bem comum, com ideais públicos (saúde, segurança, educação, moradia, por exemplo), cumpre a ele a articulação política, implicando na elaboração e implementação de políticas públicas com tal fim.

Falar em políticas públicas, portanto, trata-se de abarcar todas as ações (concepção, planejamento e execução) que o governo federal, estadual ou municipal proporciona aos seus cidadãos. Seja saúde, educação, segurança, moradia, emprego, todas essas áreas são ações elaboradas pelos governos em busca de melhorar o bem estar de seus cidadãos, ou seja, tudo que se trata de melhoria para o bem comum é uma política pública. Cabe lembrar, segundo Maar (2006, p.42), “existem, portanto, várias orientações possíveis para a política, conforme atenda a esta ou aquela expectativa. No entanto, só uma delas se realiza na prática, como orientação dominante”, o que coaduna com a definição de Dye (apud Souza, 2002) para o qual política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

As políticas públicas de uma determinada área não são tão simples de se criar, são necessárias várias etapas e pesquisas para analisar o melhor caminho a seguir para alcançar os melhores resultados possíveis. Dentre essas etapas, todas elas vão passar por algum dos três poderes que regem o estado: Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. Já o Judiciário faz o controle da lei criada e confia se ela é adequada para cumprir o objetivo. (MACÊDO, 2018)

Para melhor entendimento, este texto fundamenta-se em Boff e Cioatto (2013), que classifica as políticas públicas em quatro tipos. São elas: política distributiva, política redistributiva, política regulatória e política constitutiva.

Para Boff e Cioatto (2013, p. 583-584), políticas distributivas consistem em decisões que privilegiam determinadas regiões ou grupos específicos de indivíduos em detrimento de outros. Geram maior impacto individual do que universal. São as políticas que oferecem equipamentos e serviços públicos a grupos sociais financiados por orçamento público. O autor refere-se a políticas distributivas as que são orientadas a uma parcela da população, atendendo uma finalidade específica. As políticas redistributivas são aquelas que “deslocam recursos de uma camada social para outra”, que redistribuem renda ou recursos públicos para diminuir

desigualdades. As Políticas regulatórias, "regulam setores, estabelecem regras, criam normas para o funcionamento de serviços e para a implementação de políticas distributivas e redistributivas. Envolvem burocracia, políticos e grupos de interesse" (ibidem).

E por fim, temos as políticas constitutivas, que regulamentam as políticas criadas a partir das políticas regulatórias. Boff e Cioatto(2013, p. 584) ressaltam também que as políticas constitutivas,

estruturam processos e procedimentos, a forma de negociação de toda e qualquer política. Têm relação com as modificações do regime político ou administrativo, ampliando ou diminuindo a autoridade governamental, alterando em maior ou menor grau o exercício dos direitos dos indivíduos, restringindo ou ampliando as opções de ação privada ou pública.

As políticas públicas são uma garantia dos direitos à dignidade de todos os cidadãos, com elas a população fica resguardada de garantir no mínimo uma vida de qualidade, apesar que ainda no Brasil enfrentamos diversos problemas de desigualdade. Em diversos casos, quando o poder público não busca solucionar problemas da população, são criados movimentos e manifestações, sejam de grupos feministas, LGBTQIA+ ou demais "minorias", em prol de alertar e chamar a atenção dos políticos para a situação precária que vivem determinadas classes sociais.

2.2 A relação gênero e mercado de trabalho.

Desde a colonização homens ditavam as regras, restringindo mulheres de seus direitos e aplicando apenas seus deveres como verdade absoluta. Fatos esses que a inserção tardia da mulher no mercado de trabalho se deu simplesmente por machismo e desigualdade. Mulheres sem independência financeira estão fadadas a viverem dependentes de seus parceiros, tornando assim mais uma vítima do machismo estrutural da sociedade.

Na hierarquia do mercado de trabalho, homens encontram mais facilidades para serem empregados, muitas mulheres encontram dificuldades e muito preconceito nesse procedimento, as perguntas em entrevistas para mulheres são em alguns casos diferentes para com os homens, eles não vão precisar responder perguntas se tem filhos, se é pai solteiro e se a criança tem outras pessoas que podem ser responsáveis por elas durante o período de trabalho.

Atualmente está cada vez mais presente na sociedade debates relacionados à equidade de gênero no mercado de trabalho, mulheres buscando seu espaço e

independência financeira. Além de ser um direito, a igualdade de gênero é um crescimento para uma sociedade livre e sustentável.

Diversas políticas públicas foram construídas ao longo do tempo para garantir o direito da mulher de ser participativa no mercado de trabalho. Em 1943 Getúlio Vargas assinou o decreto das leis trabalhistas, que assegurariam o direito de todos os cidadãos em seus ambientes de trabalho.

Para as mulheres foi garantido o direito à licença maternidade de 120 dias, artigo 392; direito a duas semanas de repouso no caso de aborto natural, artigo 395; direito à licença maternidade da adotante, 392 (Lei alterada em 2017); direito a ampliação da licença maternidade (Lei 11.770/08); direito aos intervalos para amamentação: caso a empresa possuía mais de 30 funcionárias, deve oferecer o ambiente para as crianças permanecerem durante o período de lactação; direito a se ausentar do emprego para consultas médicas, artigo 392, §4º, II; direito a mudar de função por razões de saúde, 392, § 4º, I.

Além desses, também podemos numerar o direito à estabilidade no emprego, artigo 391; limite para carregamento de peso, artigo 390; direito a instalações adequadas, artigo 389; direito à privacidade, artigo 389; proibição de exigência de exame de gravidez para contratação, 373-A, II; direito a remuneração igualitária, artigo 461; direito à manutenção do vínculo trabalhista para vítimas de violência doméstica, Art. 9o, Parágrafo 2o, Inciso II, da Lei Maria da Penha (11.340/2006).

Mesmo com leis que asseguram à mulher participante do mercado de trabalho, é necessário buscar meios para inserir cada vez mais mulheres nessa área de desenvolvimento. No Tocantins foi criado o projeto “Jeito de Mulher” em dois mil e dezesseis, projeto esse que visa capacitar mulheres em áreas muitas vezes ocupadas por apenas homens. Os cursos estão entre pedreiro, mecânico, eletricista, entre outros.

O curso foi contemplado em em oito municípios do estado e também em Taquaralto com início entre 2016 e 2017. Por motivos da pandemia, os cursos foram suspensos.

2.3 Cultura, cultura escolar e conceito de inclusão escolar.

Ao tratarmos sobre o termo cultura, estamos ressaltando todo um processo de aprendizagens e saberes que passam de geração em geração, de comunidade

para comunidade, etc. Segundo Martinazzo et al (2014) , “as manifestações culturais são produzidas pelos grupos sociais em espaços geográficos distintos ao longo da História. As culturas são, portanto, dinâmicas, flexíveis e históricas.” Ou seja, tudo que nos envolve como seres humanos na história, são culturas herdadas de gerações passadas e que conseqüentemente serão passadas para as próximas gerações, cabe ressaltar que toda cultura está sujeita a mudanças.

A escola tem um papel fundamental na inclusão de pessoas na sociedade, é através dela que as crianças têm seus primeiros contatos com diferentes pessoas e culturas. Não serve somente para ensinar a ler e escrever ou uma matemática básica, a escola ensina as crianças a se relacionarem com colegas de sala que têm culturas, opiniões e características diferentes das suas.

A função social da escola é formar cidadãos críticos, capazes de construir conhecimentos, habilidades e valores, que ajudem a construir uma sociedade mais justa e menos desumana. Mas além disso, a escola deve ter como princípios a inclusão social e o respeito pela diversidade, seja ela cultural, social, étnica e/ou gênero.

Falar em cultura escolar é pensar um conjunto de pessoas e ideias, além de leis, que estruturam uma instituição escolar. Nela estão inseridos os documentos (tais como as leis), além do conjunto de pessoas que se envolvem no processo, tal como diretores, coordenadores, professores e demais funcionários que trabalham dentro de uma instituição escolar, além da própria comunidade e alunos.

Cada escola tem suas particularidades e cultura organizacional a seguir. Não é regra todas as escolas possuírem a mesma cultura de ensino aprendizagem. Com mais de duzentos e cinquenta mil escolas em um país com diferentes culturas como o Brasil, é impossível seguir apenas uma única cultura escolar.

Mesmo com as diferentes culturas escolares, é papel da escola trazer a diversidade para serem apresentadas aos seus alunos, sempre buscando valorizar a cultura geral do seu país, ensinando o respeito com aquilo que não é do seu convívio no dia a dia.

Desta forma, inclusão é conceito amplo que, muitas vezes, tem sido tratado apenas como inclusão da pessoa com deficiência. A inclusão escolar faz parte de toda cultura escolar, ou seja, inserir no ambiente pessoas com deficiência ou características diferentes das demais.

São situações que partem do princípio de que, na rede escolar, há mudanças de pensamentos e ações com os diferentes tipos de seres humanos, estabelecendo a igualdade dentro e fora da escola. Prioriza-se a participação de todas as pessoas no ambiente escolar.

A escola deve criar um ambiente saudável para receber seus alunos. Deve priorizar sempre o bem estar de seus estudantes, ou seja, em casos de alunos ou alunas com suas identidades de gêneros em transição, é papel fundamental da escola acolhê-los, cabendo disponibilizar psicólogos e palestras para melhor compreensão do tema, abordando transfobia como principal discussão em tais situações.

Infelizmente não é o que vemos no dia a dia na escola. É raro estudantes terem abertura de diálogo com seus professores, temendo serem expostos aos seus familiares e receber punições. O preconceito ainda é grande em relação a sexualidade e identidade de gênero. O que deveria ser um assunto tratado em escolas, infelizmente ainda são restritos, com justificativas homofóbicas e transfóbicas.

2.4 Aproximação com as políticas públicas relacionadas a gênero no estado do Tocantins.

É dever do estado garantir a concretização dos direitos humanos fundamentais, estar sempre em busca de melhorias para o bem comum da população. Todo cidadão tem direitos e deveres perante a sociedade em que se vive. Com base nesses direitos, os movimentos feministas estão cada vez mais em busca de políticas públicas voltadas para mulheres, a fim de garantir qualidade de saúde, dignidade em ambiente de trabalho, educação e principalmente direito à vida.

O plano estadual de saúde PES 2020-2023 apresenta alguns programas de saúde voltados especificamente para a saúde da mulher. Dentre as setentas metas para se alcançar entre dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e três, oito são exclusivas para as mulheres, são elas: alcançar em 100% a investigação dos óbitos maternos, alcançar 97% de investigação de óbitos em mulheres em idade fértil (MIF); alcançar 92% de investigação de óbitos infantis e fetais investigados; reduzir o número de óbitos maternos no ano; aumentar a proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar; reduzir a proporção de nascidos vivos de mães adolescentes de 10 a 19 anos; ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com

um exame citopatológico; e ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.

Essa perspectiva está presente em diversos dos programas analisados, seja pela atenção à mulher em diferentes etapas de sua vida, seja pela incorporação de temas como planejamento familiar ou ao se dirigir a mulheres mais velhas, constituindo por si só uma ampliação do foco habitual dos programas de saúde que se concentram em grupos de risco.

O plano estadual de educação do Tocantins-PEE/TO (2015-2025), não apresenta nenhuma meta específica para políticas públicas educacionais voltadas para educação da mulher. Também foi analisado o Plano Estadual de Educação Para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, o mesmo não possui nenhuma meta específica para presas. Ambos os planos de educação do estado do Tocantins não prospectam melhoria para educação da mulher, deixando a desejar no quesito de evasão por parte de mulheres e adolescentes do ambiente escolar.

Há que se considerar o plano estadual de segurança pública do Tocantins, pois tal tema é fundamental para as discussões sobre gênero. Nesta busca, percebeu-se que o estado não possui tal plano, apresentando déficit na atenção ao quesito como um todo, muito mais à mulher, gênero afetado em seu lugar específico, ser mulher.

De acordo com pesquisas realizadas nos últimos dois anos, com a pandemia devido ao Covid-19 a violência teve grande aumento no ambiente familiar, a falta de políticas públicas emergenciais e o machismo estrutural afetou milhões de mulheres por todo o mundo. De acordo com Sousa(2021,p. 21),

Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins demonstram que durante os meses de janeiro a dezembro de 2020, 3.221 registros foram efetivados como violência doméstica e 9 mulheres foram vítimas de feminicídio, quatro casos a mais, se comparados com o mesmo período do ano anterior, que registrou 5 feminicídios.

O artigo discute, também, a importância de uma atenção especial para com as mulheres vítimas de violência físicas e psicológicas. Mesmo com os atendimentos sendo feitos vinte e quatro horas por dia e com especialistas em cada área para melhor compreensão da gravidade de cada situação, alguns procedimentos são tratadas de formas indevidas por aqueles que estão ali para fazer os primeiros acolhimentos. Em sua pesquisa, Sousa(2021,p. 23) traz relatos de mulheres vítimas

de violência, mesmo procurando ajuda foram mais uma vez vítimas do machismo estrutural.

Relataram que ainda existe um menosprezo por parte de alguns profissionais em relação às mulheres e que uma parcela dos funcionários não é capacitada para este atendimento, resultando atendimentos com base em julgamentos, culpabilização e responsabilização da mulher.

Diante do relato, fica evidente que mesmo com a aplicação de políticas públicas de segurança para a mulher, ainda há um longo caminho a ser percorrido, a falta de capacitação e profissionalismo daqueles que deveriam ser um apoio social muitas vezes acabam por desencorajar as vítimas de fazerem as denúncias.

3. Cursos de Licenciatura em Computação do Instituto Federal no estado do Tocantins e suas políticas públicas relacionadas a gênero .

O Instituto Federal do Tocantins (IFTO) passou a existir a partir da lei nº11.892/2008, uma junção de duas instituições públicas conhecidas como Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa). A proposta visa avançar em uma educação interligando ensino, pesquisa, inovação tecnológica e extensão, buscando inserir cada vez mais alunos da rede pública em escolas técnicas e em nível superior.

O estado do Tocantins conta com onze campi do (IFTO), além dezoito polos de ensino a distância, sendo que apenas quatro deles possuem o curso de licenciatura em computação, em alguns casos, tendo campus que não oferecem mais matrículas para novos estudantes nessa área, visando a troca de nome do curso em um futuro próximo.

Mesmo com dificuldades ocorridas desde o processo de criação do primeiro curso de Licenciatura em Computação, na Universidade de Brasília, (em especial, as transformações tecnológicas constantes) os cursos buscam a melhor forma de manter uma identidade, a qual seja a formação de novos profissionais na área tecnológica. No IFTO, os desafios também se apresentam.

O curso de licenciatura em computação no campus Araguatins se iniciou no ano de 2009, com autorização da Resolução Ad Referendum do Conselho Gestor do IFTO. O campus fica localizado no povoado Santa Tereza na zona rural, o município conta com aproximadamente 36.573 mil habitantes.

Fomenta em seu PPC (2018, p. 58) estratégias de políticas públicas para melhor atender seus estudantes, visando e buscando diminuir a evasão dos estudantes, “Em conformidade com o manual da SETEC/MEC sobre retenção e evasão, existe uma comissão no IFTO e comissões locais no Campus que executam o plano estratégico para minimizar os efeitos dessa problemática. As ações são desenvolvidas através da coordenação técnico-pedagógica e Coordenação de Assistência Estudantil”.

O núcleo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) é responsável por rever as evasão de estudantes com deficiências, buscando atender estudantes que por algum motivo de relacionamento interpessoal ou adaptação tendem a desistir do curso. No PPC indica-se que os temas sobre evasão também são tratados em reuniões de colegiados.

O incentivo aos estudantes a ingressar em projetos de pesquisas, monitorias, além de adquirir mais conhecimentos através das pesquisas, o ganho financeiro acaba por ajudá-los em algumas despesas ao longo do semestre. Para mulheres, o curso possibilita especificamente a gestantes a possibilidade de realização de suas atividades em regime domiciliar.

De acordo com a portaria de autorização, o curso de licenciatura em computação do campus Porto Nacional, teve seu início no ano de 2010 com a Resolução nº 008 do Conselho Superior. A cidade de Porto Nacional fica aproximadamente 57 minutos da capital do estado, sendo 66 km de distância. Localizada na região sul do estado, o município conta com mais de 50 mil habitantes.

O projeto de PPC do curso conta com diversas políticas públicas, como todos os campus, como auxílio estudantil e acessibilidade, projetos de extensão remunerados, entre outros, mas não foi encontrado nenhum tópico com políticas públicas relacionadas à evasão ou para mulheres detalhadamente.

A cidade de Dianópolis fica localizada a 420 quilômetros da capital Palmas, com uma população superior a 22 mil habitantes, a cidade é referência na região sudeste do estado na área da educação. O projeto pedagógico do curso de licenciatura em computação foi aprovado no ano de 2014, pela resolução Consup nº 54/2014.

O PPC de licenciatura em computação conta com um projeto de mais de 200 páginas, abordando em um dos seus temas ações para evitar a evasão escolar. Além de auxílios aos estudantes, o campus fomenta a importância de acompanhar a frequência de seus estudantes com o objetivo de descobrir caso algum aluno venha a desistir do curso sem fazer o trancamento das disciplinas. Para buscar resgatar esses desistentes, são realizadas ligações, troca de mensagens a fim de descobrir quais motivos vem a ser a causa da desistência.

A Coordenação de Curso e Colegiado de Curso em suas reuniões ordinárias procura tratar dos problemas propondo soluções e acompanhando o andamento das turmas de maneira a evitar ao máximo a retenção e a evasão escolar no curso. (Resolução n.º 41/2017/CONSUP/IFTO, 2017, p. 51)

O Projeto Pedagógico do curso conta com diversas políticas públicas voltadas para a área da inclusão, como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e

Indígenas (NEABI), além de promover eventos voltados a temas relacionados à inclusão e respeito com a diversidade.

Mesmo com suas diversas páginas e temas, o PPC não aborda um tema específico que trate de políticas públicas voltadas especificamente para mulheres, como por exemplo o campus Araguatins, que relata em seu PPC os procedimentos a seguir em relação a estudantes gestantes e/ou no pós parto.

Disputando a implantação com o município de Guaraí, a cidade de Colinas do Tocantins venceu a disputa e conquistou a abertura do campus do Instituto Federal do Tocantins em sua localidade. Colinas do Tocantins teve preferência por seu setor econômico e populacional que apontaram para o eixo da área da agropecuária, o que acabou pesando na decisão de escolha. Com distância de 276 quilômetros de Palmas, conta com uma população de aproximadamente trinta e seis mil habitantes.

O campus ficou temporariamente em um local alugado até a finalização do prédio oficial. As primeiras turmas foram de nível médio integrado, contando com um total de 70 alunos, com o início das aulas em agosto do ano de 2014.

Ao analisar a página oficial do campus Colinas do Tocantins, foram encontrados, ao todo, três PPC's de Licenciatura em Computação. No primeiro, válido do ano de 2015 a 2018, não foi encontrado nenhum tema específico sobre controle de evasão ou políticas públicas para mulheres.

A Resolução n.º 51/2015/CONSUP/IFTO, de 14 de outubro de 2015, foi alterada pela Resolução n.º 66/2018/CONSUP/IFTO, de 25 de setembro de 2018, trazendo assim um novo PPC para alunos ingressantes a partir de 2018/2. O projeto pedagógico do curso não contém temas específicos para evasão ou políticas públicas.

Com mais uma nova mudança no PPC, a nova resolução CONSUP/IFTO N.º 161, aprovada em Dezembro de 2022, é válida para ingressantes a partir de 2023/1. Contendo diversos temas, novamente o projeto pedagógico do curso de licenciatura em computação do campus Colinas do Tocantins não atribuiu nenhum tema específico para abordar questões de evasão ou políticas públicas tanto de acessibilidade quanto de políticas públicas para mulheres.

Os temas de acessibilidade, questão etico-racial, evasão e demais temas relacionados a políticas públicas, são tratados no tópico “ metodologia”. Ao buscar controlar e diminuir a evasão, aos estudantes são oferecidas redes de apoio e ajuda

financeira, como auxílios e bolsas de projetos de extensão. O campus Colinas do Tocantins, assim como os demais campi, contam com uma rede de apoio psicológicas para seus estudantes, além de formações continuadas aos professores voltadas muitas vezes para as questões técnicas e táticas de inclusão.

4. DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE- RELAÇÕES ENTRE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.

De acordo com o artigo 8 do programa de assistência estudantil do IFTO(2014, p. 4), o eixo universal da política estudantil é formado por doze programas de assistências, visando atender e oferecer programas que beneficiam seus estudantes no decorrer de suas atividades acadêmicas. Neste eixo, beneficia-se qualquer estudante regularmente matriculado na instituição. O décimo tema constitui-se no Programa de Educação para a Diversidade.

Art. 18. O Programa de educação para a diversidade tem como objetivo viabilizar ações que possibilitem reflexões e mudanças de atitudes sobre diversidade, considerando etnia/cor, gênero, religião, orientação sexual, idade entre outros aspectos. Parágrafo único. O Programa também se destina a ações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena – NEABI –, ou coordenações/setores equivalentes que trabalhem com essas temáticas em cada campus(Resolução nº 22/2014/CONSUP/IFTO, 2014, p. 5).

No capítulo XI: Do eixo de assistência e apoio ao estudante, o art. 32, apresenta-se que o eixo de Assistência e Apoio ao Estudante é composto por nove benefícios, são eles: Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Moradia, Auxílio-Material Didático, Auxílio-Uniforme, Bolsa-Formação Profissional, Auxílio-Emergencial, Auxílio aos Pais Estudantes e Bolsa-Atleta. Destaque para o auxílio aos pais de estudantes, que como descrito no art. 40 deste documento,

O Auxílio aos Pais Estudantes consiste em auxílio financeiro aos pais-estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com crianças de zero a doze anos incompletos, visando minimizar situações estressoras e de desgaste emocional dos estudantes que, durante o horário de aula, necessitam deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas.(Resolução nº 22/2014/CONSUP/IFTO, 2014, p. 8)

Com a nova resolução nº 24/2020/CONSUP/IFTO, o antigo eixo de assistência e apoio ao estudante passa a chamar eixo de serviços essenciais que tem por objetivo contribuir com a retenção e controle de evasão por parte de estudantes em situações de vulnerabilidade social e econômica. O antigo auxílio de pais e estudantes passa a ser chamado de “cuidadores”, que de acordo com a resolução nº 24/2020/CONSUP/IFTO (2020, p. 17).

Por cuidadores entende-se a concessão de auxílio financeiro aos estudantes com crianças de zero a doze anos incompletos e/ou com idosos (acima de 60 anos) e/ou pessoas com deficiência na família que, durante o horário de aula, necessitam deixá-los aos cuidados de terceiros.

Para maior controle, cada curso possui um colegiado que se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre letivo, tendo por responsabilidade a execução didático-pedagógica e o planejamento, acompanhamento e avaliação das

atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos em conformidade com as diretrizes da Instituição (Resolução n.º 51/2016/CONSUP/IFTO, 2016, p. 22), o controle e resolução de eventuais problemas de evasão e baixo rendimento dos componentes curriculares é de responsabilidade do mesmo.

O colegiado é formado por um coordenador de curso, esse como presidente, coordenador da área profissional, todos os professores que ministram componentes curriculares ofertados pelo curso, técnicos de laboratório do curso, um representante da equipe pedagógica e seu suplente e dois estudantes do curso e seus respectivos suplentes. A escolha dos representantes dos estudantes é feita através do centro acadêmico, caso não haja centro acadêmico em atividade, de acordo com o inciso dois do art. 17

Não havendo Centro Acadêmico em atividade, para a escolha da representação discente a eleição seguirá de acordo com normas a serem estabelecidas em edital, elaboradas pela Coordenação de Assistência ao Educando ou setor congênere, conduzida por este e acompanhada pelo Coordenador do Curso.(Resolução n.º 51/2016/CONSUP/IFTO, 2016, p. 21)

Aos acadêmicos, como demonstra o art. 215. capítulo IV e V, são de responsabilidade do estudante respeitar as diversidades cultural, religiosa, racial e sexual, abstendo-se de manifestações preconceituosas e não praticar e nem incentivar o bullying (...) (Resolução n.º 51/2016/CONSUP/IFTO, 2016, p. 81).

O IFTO também conta com o Neges (Núcleo Educacional de Gênero e Sexualidade). Um dos objetivos do mesmo, segundo o regimento interno do campus Palmas (Neges, 2017, p. 3), no art. 6º inciso I, é “proporcionar uma reflexão crítica acerca dos estudos de gênero e da diversidade sexual, promovendo o intercâmbio acadêmico e cultural entre o IFTO, instituições afim e centros de pesquisas nacionais e internacionais”, além de promover eventos relacionados ao tema, realizar estudos e pesquisas na área”. Conforme a página implementada pela Reitoria, apenas os campi Palmas e Colinas do Tocantins possuem o núcleo.

Como analisados os PPC 's de cada câmpus que ofertam o curso de licenciatura em computação no estado do Tocantins, pensa-se na reflexão acerca dos motivos de poucas informações, ou até mesmo a ausência, no tratar de temas de importância. Palavras como “evasão” sendo abordadas em tópicos pontuais, ausência ou presença insignificante de instrumentos para evitá-la, a não ser a disponibilização de auxílios.

Com um padrão geralmente seguido para tratar tal problema em todos os PCC's do Instituto Federal, alguns desses deixam a desejar na transparência de algo tão relevante. No que pese à inclusão, os temas mais visados para uma abordagem mais esclarecedora estão em tópicos relacionados à inclusão de pessoas com deficiência, com núcleo de apoio, estruturas para recepcionar os mesmo, como por exemplo, instituições adaptadas, tutores para deficiente visual ou auditivos. As questões de gênero recebem pouco ou nenhum enfoque.

Reforça-se que a inclusão da pessoa com deficiência é tema importante, porém também o é os demais, os quais não são aprofundados em capítulos dos PPC's. Apesar de, em alguns momentos, serem citadas abordagens de gêneros, a ausência do foco, bem como dos assuntos relacionados à comunidade LGTQIA+ torna-se singular. Quando se deixa de tratar assuntos como a inclusão de pessoas LGBTQIA+, por exemplo, a instituição põe de lado uma parte da sociedade. São pautas que não é possível eximir sua tratativa, posto invisibilizar uma situação social carente de abordagem enquanto provocações da educação para os direitos humanos, incluída como currículo da e na escola. A universidade é para todos e a falta de trabalho em tais assuntos em um projeto pedagógico acaba por evidenciar erros na construção de uma educação justa e acolhedora.

Em julho de 2023, a deputada federal Erika Hilton apresentou um projeto de lei que busca inserir cada vez mais pessoas trans e travestis em universidades públicas e institutos federais do Brasil. De acordo com o PL n.3109/2023 o Art. 1º relata que as universidades federais e demais instituições federais de ensino superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo total de 5% (cinco por cento) de suas vagas para pessoas trans e travestis (BRASIL, 2023, p.1).O projeto também deixa claro que trans e travestis terão direito de concorrer às vagas não reservadas e as reservadas. O PL ainda aguarda votação.

Além da falta de uma política pública específica para pessoas LGBTQIA +, ainda estamos longe de ser uma instituição inclusiva. Este trabalho buscou observar onde está a visibilidade das e dessas mulheres nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Computação do IFTO. Isso porque, se as mulheres adentraram a academia, é possível constatar sua exclusão em cursos considerados masculinos, como é o caso daqueles que se inserem na macro área de exatas, como o LComp (IBGE, 2017). Cabe destacar que tal estatística não abarca as

mulheres trans. Elas acabam deixando de frequentar um ambiente escolar, por medo de sofrer preconceitos e agressões.

Quando falamos sobre mulheres nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em computação, tema esse que também é pouquíssimo discutido ou citado, esclarece apenas sobre gestantes, esse em específico apenas no PPC do curso de licenciatura em computação do campus Araguatins, os demais, mesmo com a mesma política, não falam sobre o assunto.

A evasão de mulheres é bem mais comum, relacionada aos homens, por inúmeras questões. A pobreza menstrual, por exemplo, é um problema que acompanha mulheres desde a adolescência, fazendo com que inúmeras meninas de classes baixas deixem de frequentar escolas por falta de um absorvente em períodos menstruais. Neste mesmo caso, por perder até uma semana de aula por mês, o que varia de acordo com seus ciclos menstruais, acaba por levar à desistência em frequentar uma escola. São problemas que vão sempre acompanhar uma mulher cis, ou até mesmo um homem trans ao longo de sua jornada acadêmica e de trabalho.

Além desse fato normal no dia a dia, ainda há outros problemas como a pós gestação. Mulheres que vivem sozinhas, que não tem com quem deixar suas crianças em períodos de aulas, acabam por também desistir do curso ou trabalho. Alguns locais de trabalho disponibilizam espaços para as crianças durante o período de trabalho, mas não é o hábito. Por outro lado, apesar da ampliação no quantitativo de creches, encontrar vagas na rede pública ainda é um problema enfrentado pelas mães. No caso da rede privada, o valor da mensalidade, em muitos casos e para muitas, chega a ser inviável.

Trazendo essa reflexão para o curso de licenciatura em computação do campus Colinas do Tocantins (sendo exemplo para os demais campi), cujas aulas acontecem no período noturno, não tendo creches nesse horário, torna-se mais um motivo para mães deixarem seus estudos para cuidar de seus filhos, problema que também podem afetar pais solos.

O primeiro campus a disponibilizar um espaço kids (projeto de criação e execução de espaço para servidores e estudantes deixarem seus filhos durante período de atividade), visando controlar a evasão de meninas do ensino médio, foi o campus Paraíso do Tocantins. Atende filhos(as) de estudantes, funcionários terceirizados e também dos servidores do campus. O espaço acolhe crianças de

zero a quatro anos. Não foi possível confirmar espaços kids nos demais campus do Instituto Federal do Tocantins.

Existe um projeto de lei que tramita na câmara para a obrigatoriedade de todas as instituições superiores privadas ou públicas disponibilizarem um espaço para crianças com vistas a acolher filhos de estudantes de até quatro anos durante o período de aula dos pais, esse espaço deve ser responsabilidade de pessoas capacitadas para tais cuidados.

O autor da PL 2189/2019, deputado Luiz Augusto Carvalho Ribeiro Filho visa com esse projeto, a inclusão e acessibilidade de mães e pais que não tem com quem deixar seus filhos em períodos de aula e por esse motivo acabam abandonando a escola ou a universidade e consequentemente afetando a inserção no mercado de trabalho. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Xavier; Silveira, 2019). A importância do acolhimento a pessoas com outros dependentes de si, torna a instituição mais acessível e acolhedora, trazendo cada vez mais estudantes para o ambiente educacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se com essa pesquisa que mesmo com uma resolução geral da instituição, cada campus trabalha com suas particularidades, ou seja, com sua própria cultura organizacional. Além de regimentos de cada campus, cada curso possui seu próprio projeto pedagógico.

Significa que, seguindo as mesmas políticas públicas institucionais do IFTO, cada projeto pedagógico se diferencia um do outro na construção de informações. Pode-se observar que todos possuem os mesmos direitos dos estudantes em relação às regras para programas de auxílios, porém apenas o campus Araguatins esclarece os direitos dos estudantes gestantes e/ou pós parto.

Os desafios enfrentados por estudantes de baixa renda são os principais fatores da desistência do prosseguimento em seus respectivos cursos. Mesmo com a disponibilidade de auxílios e incentivos dentro da instituição, a necessidade de manter um emprego para pagar as contas no fim do mês, acaba por ser um fator determinante na decisão final do estudante.

Esse desafio se torna ainda maior quando se é uma mulher com uma criança sob sua responsabilidade e esse dado é relevante para a construção de políticas públicas que entendam as problemáticas relacionadas a gênero. Os auxílios não cobrem metade dos gastos financeiros necessários, levando as mães a buscar o melhor para si e seus entes no momento. Sendo os cursos de licenciatura em computação oferecidos no período noturno, facilitando o acesso à educação e ao mercado de trabalho, as mães ainda não têm com quem deixar seus filhos e, em sua maioria, não sabem da disponibilidade do auxílio cuidadores, o que ajudaria em seus gastos do mês.

Porém não se pode ter apenas uma estrutura financeira a fim de assegurar a permanência de estudantes dentro da instituição, enquanto política pública redistributiva. É necessário políticas públicas distributivas e regulatórias, voltadas a esse público e metas de incentivos devem sair do papel e serem implementadas na prática no dia a dia na instituição. Além disso, os projetos pedagógicos de cada curso devem ser mais esclarecedores em relação aos direitos e deveres dos estudantes do curso. De modo geral, ainda há muito a ser estudado no âmbito educacional voltado a políticas públicas.

Considera-se que, assim, a busca pela permanência de estudantes do IFTO dos cursos de licenciatura em computação, é significativo nas pesquisas sobre os

dados de indicadores da evasão, fornecendo resultados que auxiliam nas práticas de permanência de estudantes nas instituições. Ainda precisa-se alcançar novos patamares para que seja possível apontar uma melhor forma de evitar tantas desistências dos cursos de Licenciatura em Computação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL SOUZA, Luísa. **Elaborando uma ética queer**. 2022. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro** - Vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.
- BARRETO, M. do P. S. L. **Patriarcalismo e feminismo**: uma retrospectiva histórica. Revista *Ártemis*, [S. l.], n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- BOFF, Salete Oro. CIOATTO, Roberta Marina. **Concretização de direitos sociais por meio de políticas públicas - Uma aproximação necessária**. UFMG, Belo Horizonte, n. 63, pp. 575 - 613, jul./dez. 2013.
- BRASIL. PL n.3109/2023 15 de junho de 2023. **Estabelece reserva de vagas para pessoas trans e travestis nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior e dá outras providências**. São Paulo, São Paulo. Congresso Nacional, 2023, p. 1.
- CAETANO, Gustavo **Por que as grandes empresas têm tanta dificuldade em contratar profissionais de tecnologia?** Disponível em: <https://mittechreview.com.br/por-que-as-grandes-empresas-tem-tanta-dificuldade-em-contratar-profissionais-de-tecnologia/>. Acesso em: 25 de março de 2022
- DIANA, Juliana. **Orientação Sexual**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/orientacao-sexual/>. Acesso em: 26 jul. 2023
- Folter, Regiane. **O que é patriarcado?** Florianópolis. Politize, 2021 Disponível em: <https://www.politize.com.br/patriarcado/#:~:text=Patriarcado%20p%C3%ABlico%20e%20privado&text=J%C3%A1%20no%20patriarcado%20p%C3%ABlico%2C%20embora,distintos%20%C3%A2mbitos%20nos%20quais%20circulam>. Acesso em 26 de julho de 2023.
- GIL ,Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**.São Paulo.Editora Atlas S.A,2002
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais**.São Paulo.Revista de Administração de Empresas,1995.

GONÇALVES, Marllon Caceres. Gonçalves, Josiane Peres. **Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e determinações em contexto social**. Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano, 2021.

HILSDORF, Maria Lúcia S. **Mestra Benedita ensina primeiras letras em São Paulo (1828-1858)**. 1º Congresso Lusobrasileiro de história da educação leitura e escrita. jan. 1996. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/000899508>. Acesso em 16 de julho de 2023.

IBALDO, Adriana; SCHWANTES, Cintia. **Ada Lovelace: a encantadora de números**. Revista XIX - Artes e Técnicas em Transformação, Brasília, v. 1, n. 4, 162-176, 2017. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21765/20076>. Acesso em 14 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2017. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-a-mostra-de-domicilios.html>. Acesso em 14 de julho de 2023.

IFTO. Portaria n°. xx/2017/IFTO/CAMPUS PALMAS. **REGIMENTO INTERNO NÚCLEO EDUCACIONAL DE GÊNERO E SEXUALIDADE NEGES-IFTO/CAMPUS PALMAS**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/palmas/campus-palmas/assuntos-estudantis/educacao-inclusiva/documentos/regimento-interno-neges.pdf/view> Acesso em 15 de julho de 2023. Resolução n.º 41/2017/CONSUP/IFTO, de 29 de junho de 2017.

IFTO. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-dianopolis/licenciatura-em-computacao/projeto-pedagogico-do-curso-de-graduacao-licenciatura-em-computacao-campus-dianopolis-ifto.pdf/view> Acesso em 29 de março de 2022.

IFTO. Resolução n.º 51/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016. **REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO IFTO**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/regulamentos-cursos-graduacao/regulamento-da-organizacao-didatico-pedagogica-dos-cursos-de-graduacao-do-ifto.pdf/view> Acesso em 10 de maio de 2022.

IFTO. Resolução n.º 81/2018/CONSUP/IFTO, de 13 de Dezembro de 2018. **Projeto Pedagógico de Curso de Graduação.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-araguatins/licenciatura-em-computacao/ppc-licenciatura-computacao-campus-araguatins.pdf/view> Acesso em 25 de março de 2022.

IFTO. Resolução nº 22/2014/CONSUP/IFTO. **REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/assistencia-estudantil/regulamento-assistencia-estudantil-2edicao.pdf/view> Acesso em 29 de março de 2022.

IFTO. Resolução nº 24/2020/CONSUP/IFTO, de 13 de agosto de 2020. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/assistencia-estudantil/resolucao-24-2020-consup-ifto.pdf/view> Acesso em 03 de maio de 2022.

Maar, Wolfgang Leo. **O que é Política?** Brasiliense: São Paulo, 2006. (coleção primeiros passos; 54)

Macêdo, Stephanie. **Políticas Públicas: o que são e para que existem**, Sergipe. Assembleia Legislativa de Sergipe, 2018.

MACHADO, J. S. de A.; CALEIRO, R.C.L. **Loucura feminina: doença mental ou transgressão social?** DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Montes Claros, v. 1, n. 1 - jan./jun. 2008. Disponível em <https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2014/12/doctrina37026.pdf>.

Acesso em 16 de julho de 2023

MARTINAZZO, Celso José. SCHMIDT, Aline. BURG, Cristiani Isabel. **Identidade e Diversidade Cultural no Currículo Escolar.** Editora Unijuí. Jan./Abr. 2014. Rio Grande do Sul.

MELO, Thalita G. R.; SOBREIRA, Maura V. S. **Identidade de Gênero e Orientação Sexual: perspectivas literárias.** Revista Temas em Saúde, v. 18, n. 3. João Pessoa: 2018. Disponível em <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/09/18321.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2023.

MENDES, Roselma.MIRANDA, Biamichelle. **Nós, tecnologistas**. ThoughtWorks Brasil.6 de novembro de 2017. Disponível em: <https://medium.com/coragem/n%C3%B3s-tecnologias-8b181c101708> Acesso: 23 de março de 2022

MENDONÇA, Amanda. MARTINS, Luciana. **Nísia Floresta e o “pioneirismo” invisível do feminismo brasileiro**. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.7, N.2 - pág. 821-838 mai-ago de 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/download/63431/39831>.

Acesso em 17 de julho de 2023.

MORGANTE, Mirela M.; NADER, Maria B. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH - Rio. Saberes e Práticas Científicas. 2014. Disponível em https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_texto_ANPUH.pdf. Acesso em 17 de julho de 2023. (INDICAÇÃO DE ARTIGO)

OLIVEIRA, Laís Paula R. CASSAB, Latif Antonia.**O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas**, Paraná. UEL, 2014.

RIBEIRO, Arilda. **A educação da mulher no Brasil Colônia**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

SALES, Franciely. et. al. **Ecoando vozes invisíveis: a importância do local de fala das mulheres negras a partir de uma análise fílmica**. Revista Esfera Acadêmica Humanas, vol. 4, nº 2, 2019. Disponível em <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/revista-esfera-humanas-v04-n02-artigo01.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2023.

SOARES, Thereza Amélia. **Mulheres em ciência e tecnologia: ascensão limitada**. Quím. Nova, São Paulo , v. 24, n. 2, p. 281-285, Apr. 2001 . Disponível em <https://www.scielo.br/j/qn/a/nj3qnfJ8FNr79n9ZdncrVwF/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em 17 de julho de 2023.

SOUSA, Katerine S. S. SANTOS, Cristina V. M. **MULHERES E PANDEMIA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO NO TOCANTINS**, Tocantins. E-BOOK X CINABEH, 2021.

- SOUZA, Celine. 1 **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Disponível em <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2023.
- SOUZA, Eliane M. M. de. **História e percepções da formação didática dos professores de informática/computação do Campus Colinas do Tocantins/IFTO**. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, 2021. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/download/10543/pdf>. Acesso em 16 de julho de 2023.
- TELLES, Antonia Marlene V. **A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980)**. Florianópolis. X ANPED SUL, 2014.
- Xavier, Luiz Gustavo. **Projeto obriga universidades a criar espaços para filhos de alunos**, Agência Câmara de Notícias, 2019.

